

RESENHA – REVIEW – RESEÑA

“ELEMENTOS DE FILOSOFIA MORAL”, DE JAMES RACHELS E STUART RACHELS

RACHELS, James & RACHELS, Stuart. **Os elementos da filosofia moral**. Trad. portuguesa e revisão técnica: Delamar J. V. Dutra. 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

Os Elementos da Filosofia Moral, de James Rachels e Stuart Rachels, é, sem dúvida, um livro formativo, esclarecedor, simples em suas formulações e ao mesmo tempo instigante. Também por isso já mereceu bom número de edições em sua tradução portuguesa. Os autores iniciam, na obra, discutindo o conceito de moralidade, e para isso optam por “uma concepção mínima de moralidade, que toda teoria moral deve aceitar, ao menos, como ponto de partida”. Citam casos reais difíceis, que geraram polêmicas e sentimentos fortes e que são, segundo os autores, um sinal de seriedade moral e devem ser admirados. Porém, fazem um alerta preocupante: *“infelizmente, porém, nós não podemos confiar em nossos sentimentos, não importando o quão fortes eles possam ser.”* (RACHELS & RACHELS, 2013, p. 22)

Entendemos preocupante esta afirmação, uma sentença condenando nossas emoções a alegorias irracionais, e por isso ela merece discussão. Os autores tentam explicá-la, da seguinte maneira:

nossos sentimentos podem ser irracionais: eles podem ser nada mais do que produtos do prejuízo, egoísmo ou condicionamento cultural. Em um momento, por exemplo, os sentimentos das pessoas lhes disseram que os membros de outras raças eram inferiores e que a escravidão era o plano de Deus. Ademais, os sentimentos das pessoas podem ser muito diferentes (RACHELS & RACHELS, 2013, p. 23).

Poderíamos afirmar que o que move a vida são os sentimentos, ponderados pela razão. Se o que move a moral são valores sociais e o que move a ética são valores sociais e individuais, como os autores podem fazer esta afirmação? Até Kant admite que a razão pode ceder, cativada por uma inclinação, que ele conceitua como “apetite sensível”, e apesar de condenar as paixões, entende que a paixão é

concebida, em certa medida, com a razão. Peter Singer, em sua obra *Ética Prática* (1994), considera o seguinte:

Sua dúvida é sobre o que é certo fazer, e não sobre se devem fazer ou deixar de fazer aquilo que alguém decidiu ser o certo. [...] Alguns dos que falam em "seguir a própria consciência" querem apenas dizer que, depois de refletir, é preciso fazer aquilo que se acha certo. Para outros, "consciência não é algo que dependa de um juízo crítico reflexivo, mas de uma espécie de voz interior que nos diz que alguma coisa é errada e que pode continuar nos dizendo isso a despeito de nossa decisão cuidadosa e ponderada, com base em todas as considerações éticas relevantes, de que a ação não é errada (SINGER, 1994 p.310).

Quando me pergunto porque devo agir eticamente, meu dever seria procurar razões no sentido mais amplo e não permitir que preconceitos kantianos me impeçam de examinar as razões de interesse pessoal para levar uma vida pautada pela ética. Se minha busca for bem sucedida, vai oferecer-me razões para assumir o ponto de vista ético como linha de ação definida, como meu modo de viver. [...] Nas situações cotidianas, assumirei, simplesmente, que fazer o que é certo faz parte dos meus interesses e, assim que tiver decidido o que é certo, devo seguir em frente e fazer o que acho que deve ser feito (SINGER, 1994, p.343).

Espinosa, no Séc. XVI, já define a energia que move o ser humano e faz com que tenha vontade de se preservar, como *conatus*, garantido por uma potência de ser, a transcendência, que se faz por afetividade. No corpo, o *conatus* chama-se apetite, e na alma, desejo. É movimento de expansão cada vez mais da força de vida. Os seres humanos precisam do encontro com o outro para conservar e expandir sua potência. “São as afecções que sofremos nos encontros que determinam a composição ou decomposição do *conatus*, o que significa a passagem da fraqueza à força, da heteronomia à autonomia. Quando sentimos que nossa potência aumenta, o sentimento que invade o nosso corpo e alma é alegria, quando diminui, sentimos tristeza” (SAWAIA, 2004, p. 26).

Espinosa, em *Ética* (IV, Proposição XLIV), afirma que o amor e o desejo podem ter excesso. Na demonstração da proposição, afirma que o amor é uma alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior. Que o desejo, acompanhado da ideia de uma causa exterior é um amor, e por conseguinte, o amor pode ter excesso.

Para Marilena Chauí, citada por SAWAIA (2004, p.27), a principal tese de Espinosa expressa-se na ideia de que “a vida ética começa no interior das paixões.” Sawaia afirma que para Espinosa, os afetos são éticos e políticos porque são o combustível da intensidade da servidão ou da liberdade. “As emoções não são variáveis a serem controladas ou eliminadas por esforços do próprio ser humano ou da sociedade, como também não são instintos de conservação da vida, mas modos

éticos de existir, já que estão relacionados ao aumento ou depressão da autonomia” (SAWAIA, 2004, p. 27).

Apesar de haver dois paradigmas morais, um baseado no sentimento e outro em princípios e ser um problema provar que os sentimentos são estáveis, não podemos ignorar as emoções. Princípios e regras são estáveis, mas também têm problemas, pois muitas vezes carecem de eficácia. Rawls afirma que o utilitarismo é uma teoria ruim para fundamentar direitos, porém, o próprio utilitarismo se fundamenta em princípios e a moral também é um fenômeno espacial e temporal, ou seja, muda conforme o tempo e o espaço, de acordo com os valores. Afinal, pergunta-se: o que motiva a mudança de valores? Vale um exemplo: o Rei Henrique VIII dividiu a Igreja, motivado por um amor. Há preconceitos recíprocos, tanto kantianos, quanto utilitaristas.

A ética é baseada em argumentos, mas a elaboração e organização dos argumentos é fundamentada em valores, desejos e sentimentos, articulados de forma coerente, razoável, para que possa ser compreendida e reconhecida socialmente. Quem sente algo frente a uma situação vivida, lida com lógicas muitas vezes não compreendidas por aqueles que apenas observam e julgam, mas que não têm noção do sofrimento ou felicidade alheia, pois quiçá nunca viveram situação semelhante. Julgar os outros, e pior, fundamentando-se no senso comum, não é razoável.

Após apresentarem elementos do que se constitui como relativismo ético, no capítulo 3 (*Subjetivismo na ética*), os autores procuram fundamentar-se na razão para justificar, por exemplo, as críticas e aversões à homossexualidade, com base na linguagem moral, subjetivismo simples e emotivismo. Ainda neste mesmo capítulo, questionam qual o papel da razão na ética. As questões parecem ser simples quando julgamos “o outro”, mas são muito mais complexas para quem é o(a) protagonista da história. Ter que justificar a cor da pele, a orientação sexual e a condição de igualdade humana no gênero fere a dignidade humana. Afinal, defender a própria pele e sua necessidade de vida afetiva não deveria ser necessário, se as pessoas praticassem a ética da alteridade.

Como afirma Peter Singer (1994, p.18), “para serem eticamente defensáveis, é preciso demonstrar que os atos com base no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de bases mais amplas, pois a noção de ética traz consigo a

ideia de alguma coisa maior que o individual”. Então, partindo deste raciocínio, é óbvio que as atitudes individuais precisam ser respaldadas socialmente, porém, a vida, os valores e os interesses humanos são dinâmicos e evoluem através de atos contrários ao que está dado em determinado momento histórico. Os candidatos a “reformadores sociais”, como afirma Singer, têm uma tarefa difícil, que é a de mudar concepções éticas, de induzir a maior parte da sociedade a aceitar as suas concepções como corretas moralmente. Se não fosse assim, o que dizer da parábola da caverna de Platão?

Singer cita David Hume, para o qual, na esfera da ação, a razão só se aplica aos meios, não aos fins. Os fins devem ser dados por nossas vontades e nossos desejos. Para Hume, a noção de certo e errado vem do sentimento e não da natureza. Então, quando nos deparamos com afirmações como a dos autores referidas acima, gera-se preocupação, pois parece que se está falando do não humano. Assim, o subjetivismo não dá conta dos nossos desacordos morais, porém, pode gerar o impulso necessário à mudança de valores, e conseqüentemente, a uma evolução.

Segundo Espinosa, a potência é vontade guiada pelo desejo de liberdade, é afeto alegre que se perpetua nas ações e motiva o desejo. O sentimento/afeto é mais forte que a razão. Podemos ter, do ponto de vista da existência, muitas razões lógicas para ludibriar as nossas emoções e paixões, mas em última instância, o elemento determinante são as emoções. Segundo Sawaia, não se combate uma paixão violenta, apenas com ideias sensatas. “As paixões mudam quando destruídas por outras mais fortes ou quando são compreendidas na sua gênese. É preciso recuperar a capacidade de ser afetado e de afetar”(SAWAIA, 2004, p. 38). Conclui seu texto afirmando que a potência se realiza em atos que marcam o mundo com novas formas de existir.

Tomando em consideração o capítulo 5, os autores discorrem sobre o egoísmo ético: “cada pessoa deve procurar exclusivamente o seu próprio autointeresse. [...] O egoísmo ético levanta uma pretensão sobre a moralidade ou sobre o modo como as coisas deveriam ser” (RACHELS & RACHELS, 2013, p. 76-77). Há uma distinção entre autointeresse (eu também quero para mim - definição de Rawls) e egoísmo (só quero tudo para mim). Esta distinção é fundamental para afirmar que o egoísmo ético é falho ou falso como uma teoria moral. Defendem que

estamos em paridade com os outros e que esta é a razão pela qual a nossa moralidade tem de reconhecer as necessidades dos outros. Justificam, no entanto, que o autointeresse é coadunável com uma teoria moral.

No capítulo que segue, os autores discorrem sobre o Contrato Social, fundamental diante do fato de que as necessidades humanas são imponderáveis, quase infinitas. Esta teoria, que segundo Hobbes, pressupõe que o acordo não precisa ser unânime, mas pela maioria, sempre encontra resistências para aplicação, gerando sua ineficácia e a desobediência civil. Nesta perspectiva, os autores afirmam que “a moralidade consiste em um conjunto de regras que governam o comportamento, as quais serão aceitas por pessoas racionais sob a condição de que outros também as aceitem. Pessoas racionais concordarão com os benefícios mútuos das regras” (RACHELS & RACHELS, 2013, p. 107).

Por outro lado, o utilitarismo, defendido por John Stuart Mill é abordado na versão clássica da teoria, resumido nas três proposições: “(a) a moralidade de uma ação depende somente de suas conseqüências, nada mais interessa; (b) as conseqüências de uma ação importam somente na medida que envolvem uma maior ou menor felicidade dos indivíduos; (c) no tratamento das conseqüências, a felicidade de cada indivíduo recebe 'igual consideração'" (RACHELS & RACHELS, 2013, p. 120). As conseqüências e as considerações são analisadas, assim como as críticas de que o utilitarismo se utiliza demais dos argumentos da imparcialidade, igualdade e igual consideração de interesses; que exige o sacrifício da individualidade e requer a benevolência dos indivíduos.

Além disso, os autores questionam a possibilidade de haver regras morais absolutas, citando os imperativos categóricos de Kant, o conflito de regras e concluem com a afirmação de que, o que a ideia de Kant requer é que, quando nós violamos uma regra, façamos isso por uma razão que seria passível de ser aceita por todos.

Merece ser assinalado também que o livro em foco ainda traz os temas do feminismo e a ética do cuidado, a ética da virtude segundo Aristóteles, e finalmente, no capítulo 13, uma espécie de conclusão: “como seria uma teoria moral satisfatória”. Após algumas considerações, vale repetir a seguinte observação, que pode servir como um dos "elementos da filosofia moral": “como agentes morais, devemos ter preocupação com todos cujo bem-estar possa ser afetado pelo que nós

fazemos. Isso pode ser visto como uma banalidade piedosa, mas na verdade, pode ser uma doutrina sólida” (RACHELS & RACHELS, 2013, p. 190).

Por mais que nesta apresentação da obra só tenhamos acenado para alguns de seus aspectos, pensamos que isso já pode bastar como convite para sua leitura. Sem dúvida, já serve de estímulo para enfrentarmos problemas teóricos e práticos decisivos quando nos perguntamos sobre "o que devemos fazer", tomando o mundo da vida em sua totalidade, sem esquecer a diversidade e a multiplicidade de sentimentos e paixões, e sem abrir mão da racionalidade. Toda construção de valores e projetos morais passam pelas construções subjetivas e intersubjetivas.

Enfim, é uma obra interessante para ler, pensar e ponderar.

“Dei um laço no espaço, para pegar um pedaço do Universo que podemos ver” (Caetano).

REFERÊNCIAS

RACHELS, James & RACHELS, Stuart. **Os elementos da filosofia moral**. Trad. portuguesa e revisão técnica: Delamar J. V. Dutra. 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SAWAIA, Baader B. *Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico?* In: SOUZA, Lidia de & TRINDADE, Zeidi Araujo (orgs.) **Violência e exclusão convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 21-42.

SINGER, Peter. **Ética prática** tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Por:

Elsa Cristine Bevia, Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Professora no Departamento de Direito da Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil. E-mail: elsabevia@gmail.com